

MURAL da Educação



APP-Sindicato - Filial à CUT e à CNTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822, Fax (41) 3222-5261 • www.app.com.br • Presidente: Marlei Fernandes de Carvalho • Secretário de Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha • Jornalistas: Andréa Rosendo (4962-PR), Edianês Vieira (7704-RS), Simone Giacometti (4441-PR) e Valnísia Manguiera (893-SE) • Projeto Gráfico: Rodrigo Augusto Romani • Gráfica: World Laser • Tiragem: 5.000 exemplares.

PSPN

Educadores do país se mobilizam em defesa do piso

No Paraná, a APP-Sindicato definiu um intenso calendário de mobilizações. Participe!

O ano de 2008 foi marcado por uma histórica conquista para a educação brasileira. Em 16 de julho, após um intenso calendário de luta dos educadores em todo o país, o Presidente Lula sancionou a Lei do Piso (Lei 11.738/08). Esta lei estabeleceu um piso mínimo de R\$ 950,00 para os professores com habilitação de ensino médio, e hora-atividade de 33%.

No entanto, passados alguns meses, os governadores dos estados do Paraná, Roberto Requião; do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e do Ceará, Cid Gomes, ingressaram no STF (Supremo Tribunal Federal) com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei do Piso (ADI 4167).

Reação da APP-Sindicato:

A categoria estranhou o fato de o governador do Paraná ter assinado a Adin. O governador Requião, por mais de uma vez, havia assumido publicamente o apoio ao PSPN. O piso de R\$ 950,00 já foi implantado no Paraná com o reajuste de 10% para os professores em setembro de 2008. Só falta agora a implementação dos 33% de hora-atividade.

O governador alega que a Lei do Piso interfere na autonomia dos estados e que o Paraná não teria condições de implantar a hora-atividade. No entanto, os estudos realizados pela APP-Sindicato e pelo Dieese demonstram a possibilidade concreta de implementação do piso.

Não vamos aceitar calados. O piso é uma conquista da Educação! Vamos defendê-lo!

CNTE lança campanha do Piso

Em todo o país, educadores, parlamentares e sindicatos estão na campanha pela defesa do piso. A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) lançou campanha contra os governadores que assinaram a Adin, denominada: Inimigos da Educação, traidores da Escola Pública!

- A CNTE enviou cartas aos governadores que não assinaram a ADI, às lideranças no Congresso e aos partidos políticos, pedindo apoio à constitucionalidade da lei do piso salarial do magistério.

- O Congresso Nacional lançou dia 12 de novembro, a Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público da Educação Básica.

Advocacia da União diz que o Piso é constitucional:

Em parecer enviado ao STF, a Advocacia Geral da União explica

que a lei não restringe, mas sim determina o piso salarial mínimo de R\$ 950,00 para professores com carga horária de 40 horas semanais que exerçam dois terços de atividades em sala de aula, e um terço fora dela em atividades como o preparo de aulas, correção de provas, entre outras. A AGU sustenta que a lei deve ser considerada constitucional, uma vez que impõe aos estados a fixação de piso maior para os professores que trabalhem por mais tempo, proporcionalmente à jornada de cada um.

Na Adin, os governadores afirmam que a lei extrapolou a ideia inicial de uma fixação do piso da carreira e criou "regras desproporcionais" ao regular o vencimento básico (não o piso) e dar jornada menor de trabalho dos professores dentro das salas de aula. Segundo eles, a lei federal causará despesas exageradas e sem amparo orçamentário nos estados.

A AGU afirma ainda que, caso sejam necessários novos professores, os estados terão tempo hábil para fazer um planejamento, pois a lei só produzirá efeitos escalonados nos orçamentos a partir de janeiro de 2009.



CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÃO

Dia: **16 de novembro**
Panfletagem em Defesa do Piso

Hora: 10h
Local: Feira do Largo da Ordem, em Curitiba | Feiras e praças em outros municípios

Dia: **24 de novembro**
Audiência Pública

Hora: 10h
Local: Assembléia Legislativa do Paraná

Dia: **03 de dezembro**
Marcha a Brasília

Vamos garantir um expressivo número de trabalhadores em educação no ato, a fim de dar visibilidade à questão do piso salarial, que integra a pauta reivindicatória da Marcha. A marcha também é importante para unificar a luta dos trabalhadores frente a eventuais medidas contenciosas que já se anunciam em função da crise financeira mundial, principalmente no setor público. Nesta data acontece a 5ª Marcha da CUT e CNTE.

Eleição para Diretores de Escola será dia 20. Participe!

Acontece no dia 20 de novembro das 8h às 22h as eleições para diretores e diretoras de escola. Este tema, que é pauta permanente da APP-Sindicato, foi tratado na Edição Pedagógica do Jornal 30 de Agosto de 2008. Também é conteúdo do Curso de Formação para Representante de Escola durante todo este ano. Procure o/a representante do sindicato em sua escola para saber mais.

O tema da IV Etapa do curso é "Gestão Democrática da Escola Pública". A APP-Sindicato entende a Gestão Democrática como importante instrumento para a construção de uma escola pública de qualidade. Neste Jornal Mural elencamos algumas questões importantes para o debate durante este período final de campanha.

Instrumentos da gestão democrática

Assembleia Geral: chamada logo no início do ano e depois, quantas vezes se fizerem necessárias. Momento de encontro entre os sujeitos escolares, onde todos/as têm direito à voz e alunos/as, professores/as, funcionários/as, pedagogas, diretores, pais e mães, podem juntos elaborar o plano de ação da escola para o ano letivo que se inicia, a partir do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Conselho Escolar: instância máxima da tomada de decisões. Todas as decisões da escola ou, minimamente, as mais importantes, devem ser definidas pelo conjunto dos representantes de todos os segmentos da escola. Os membros do conselho devem ser eleitos em assembleia ou em reuniões por segmentos, representativos de todos os segmentos da escola.

Orçamento participativo: ação conjunta de todo o coletivo escolar definindo as prioridades dos investimentos que a escola fará durante o ano letivo. Pode ser realizado na Assembleia do início do ano.

Conselho de Classe: espaço que pode ser ampliado com a participação dos/as estudantes. Oportunidade de auto-avaliação do trabalho de cada educador/a e do alcance do PPP da escola com vistas à democratização do conhecimento.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF): é recorrente e enraizada nas escolas a função que se destinou às APMF's, qual seja, de ser o órgão jurídico responsável por uma parte dos recursos que a escola recebe. Essa é uma tarefa para o Conselho Escolar: organizar e fiscalizar os recursos financeiros da escola. Devemos superar a visão restrita da APMF, qual seja, a de organizar festas e arranjar outras formas de arrecadar dinheiro para "ajudar" a escola. A manutenção da escola é dever do Estado.

Grêmios Estudantil: ainda um "fantasma" na escola. No entanto, se os/as estudantes tiverem oportunidade de aprender como é e como funciona o grêmio, terão condições de bem conduzi-lo, algo que às vezes não acontece pela falta de compreensão da importância e da necessidade da representação dos/as estudantes na decisões do dia-a-dia da escola.

Representante da escola no sindicato: importante canal entre as demandas da escola e as reivindicações sindicais. Elo de aproximação entre o sindicato e os/as trabalhadores/as em Educação.

Eleições de diretores: o/a diretor/a é o representante da comunidade pela qual foi eleito/a e não preposto do Estado, como ocorria quando não havia eleições e a direção escolar era indicada. Cumpra um papel imprescindível: o de tornar as relações escolares mais democráticas.

Reflexões

A efetivação de mecanismos de acompanhamento, controle e definição das políticas educacionais, bem como da organização do trabalho educativo na gestão do sistema e na escola, com a participação de toda comunidade escolar, interna e externa, é CONDIÇÃO para a qualidade da educação e para a superação dessa sociedade desigual e injusta.

A gestão democrática não se esgota nas eleições dos diretores. Ela é apenas um dos seus instrumentos e devem permitir a ROTATIVIDADE/ALTERNÂNCIA dos/as professores/as e funcionários/as da escola no cargo. Se sempre os mesmos são diretores, mesmo que eleitos, as eleições estarão mesmo servindo para o avanço democrático dentro da escola?

"Uma rede pública pode ir criando em si mesma as condições de ser democrática, na medida em que a sociedade, historicamente, venha experimentando mais democracia, na medida em que o 'sabe quem está falando' vá desaparecendo até tornar-se uma absoluta estranheza... Uma rede pública pode ir criando em si mesma as condições de ser democrática, na medida em que, mobilizando-se e organizando-se, lute contra o arbítrio, supere o silêncio que lhes está sendo imposto..." (Paulo Freire)

Participe da Audiência Pública!

Dia: **24 de novembro** • Hora: **10h** • Local: **Assembléia Legislativa**